



CUIDAR ATÉ AO FIM COM COMPAIXÃO

Declaração do Grupo de Trabalho Inter-religioso Religiões-Saúde

O debate em curso na sociedade portuguesa sobre a realidade a que se tem chamado “morte assistida” convoca todos a realizarem uma reflexão e a oferecerem o seu contributo para enriquecer um processo de diálogo que necessita da intervenção da pluralidade dos atores sociais. As Tradições religiosas são portadoras de uma mensagem sobre a vida e a morte do homem, bem como sobre o modelo de sociedade que constituímos, e é legítimo e necessário que a apresentem, com humildade e liberdade.

Agora que a Assembleia da República vai discutir e colocar em votação propostas de uma eventual lei sobre a eutanásia, nós, as comunidades religiosas presentes em Portugal signatárias, conscientes de que vivemos um momento de grande importância para o nosso presente e o nosso futuro coletivo, declaramos:

1. A dignidade daquele que sofre

Acreditamos que cada ser humano é único e, como tal, insubstituível e necessário à sociedade de que faz parte, sujeito de uma dignidade intrínseca anterior a todo e qualquer critério de qualidade de vida e de utilidade, até à morte natural. A vida não só não perde dignidade quando se aproxima do seu termo, como a particular vulnerabilidade de que se reveste nesta etapa é, antes, um título de especial dignidade que pede proximidade e cuidado. Assumimos que todo o sofrimento evitável deve ser evitado e, por isso, estamos gratos porque o desenvolvimento das ciências médicas e farmacológicas alcançou um tal patamar de desenvolvimento que permite o eficaz alívio da dor e a promoção do bem-estar. Contudo, não ignoramos o carácter dramático do sofrimento e a dificuldade de que se reveste a elaboração de um sentido para o viver. Sabemos que a religião oferece uma possibilidade de sentido a quem acredita, mas sabemos também, pela experiência do acompanhamento de tantos que não são religiosos, que não depende de o ser a possibilidade de encontrar sentido para o próprio sofrimento. Com esses aprendemos, aliás, que nesta tarefa reside uma das maiores

realizações da dignidade pessoal. A dignidade da pessoa não depende senão do facto da sua existência como sujeito humano e a autonomia pessoal não pode ser esvaziada do seu significado social.

2. Por uma sociedade misericordiosa e compassiva

O sofrimento do fim de vida é, para cada pessoa, um desafio espiritual e, para a sociedade, um desafio ético. Comuns às diferentes Tradições religiosas, princípios como a misericórdia e a compaixão configuraram, ao longo da história da civilização, modelos sociais capazes de criar, em cada momento, modos precisos de acompanhar e cuidar os membros mais frágeis da sociedade. Hoje, o morrer humano é um dos âmbitos em que este desafio nos interpela. O que nos é pedido não é que desistamos daqueles que vivem o período terminal da vida, oferecendo-lhes a possibilidade legal da opção pela morte, à qual pode conduzir a experiência do sofrimento sem cuidados adequados. Esse é o verdadeiro sofrimento intolerável, que cria condições para o desejo de morrer. Nasce de uma sociedade que abandona, que se desumaniza, que se torna indiferente. Confirma-nos nesta convicção a experiência de que quem se sente acompanhado não desespera perante a morte e não pede para morrer. O que nos é pedido é, pois, que nos comprometamos mais profundamente com os que vivem esta etapa, assumindo a exigência de lhes oferecer a possibilidade de uma morte humanamente acompanhada.

3. Os Cuidados Paliativos, uma exigência inadiável

Acreditamos que os cuidados paliativos são a concretização mais completa desta resposta que o Estado não pode deixar de dar, porque aliam a maior competência científica e técnica com a competência na compaixão, ambas imprescindíveis para cuidar de quem atravessa a fase final da vida. A verdadeira compaixão não é insistir em tratamentos fúteis, na tentativa de prolongar a vida, mas ajudar a pessoa a viver o mais humanamente possível a própria morte, respeitando a naturalidade desta. Os cuidados paliativos fazem-no, valorizando a pessoa até ao seu fim natural, aliviando o seu sofrimento e combatendo a solidão pela presença da família e de outros que lhe sejam significativos. Interpelamos a sociedade portuguesa para corresponder à exigência não mais adiável de estender a todos o acesso aos cuidados paliativos e assumimos a disponibilidade e a vontade de fazermos tudo o que esteja ao nosso alcance para participar neste verdadeiro desígnio nacional. E não podemos deixar de interrogar se a

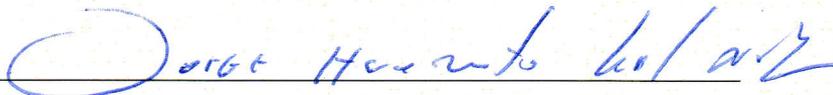
presente discussão, antes de realizado este investimento, não enfermará de falta de propósito.

As Tradições religiosas professam que a vida é um dom precioso e, para as religiões abraâmicas, um dom de Deus e, como tal, se reveste de carácter sagrado; mas este apenas confirma a sua dignidade natural, da qual derivam a sua inviolabilidade e indisponibilidade intrínsecas, que, portanto, não dependem da fundamentação religiosa. Mas a religião confere à vida um sentido, uma esperança, uma outra possibilidade de transcendência. As sociedades precisam desta visão do humano ao lado de todas as outras.

Nós, comunidades religiosas presentes em Portugal, acreditamos que a vida humana é inviolável até à morte natural e perfilhamos um modelo compassivo de sociedade e, por estas razões, em nome da humanidade e do futuro da comunidade humana, causa da religião, nos sentimos chamados a intervir no presente debate sobre a morte assistida, manifestando a nossa oposição à sua legalização em qualquer das suas formas, seja o suicídio assistido, seja a eutanásia.

Por isso assinamos em conjunto a presente Declaração.

Lisboa, 16 de maio de 2018



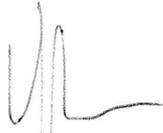
Pastor Jorge Humberto (em representação do Presidente da Aliança Evangélica Portuguesa, Dr. António Calaim)
Aliança Evangélica Portuguesa



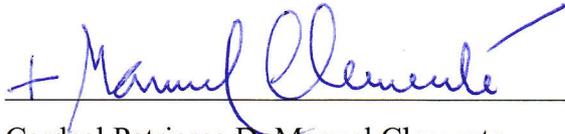
Kiritkumar Bachu
Comunidade Hindu de Portugal



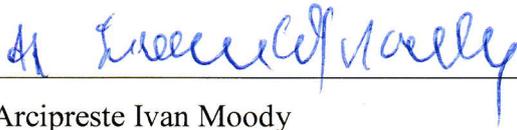
Sheik David Munir
Comunidade Islâmica de Lisboa



Rabino Natan Peres
Comunidade Israelita de Lisboa



Cardeal Patriarca D. Manuel Clemente
Igreja Católica



Arcipreste Ivan Moody
Patriarcado Ecuménico de Constantinopla



Diogo Lopes
União Budista Portuguesa



Pastor António Carvalho (em representação do Presidente da UPASD, Pastor António Amorim)
União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia



Conferência
Academia das Ciências de Lisboa
16 de maio de 2018

Programa

- 15.30h** **1. Abertura**
- 15.45h** **2. Painel**
Intervenção das Religiões no debate sobre a Eutanásia,
um contributo necessário
Fernando Loja e José Nuno Ferreira da Silva
- 16.30h** **Intervalo**
- 16.45h** **3. Conferência**
Uma reflexão sobre a eutanásia e o suicídio assistido
Prof. Doutor Walter Osswald
- 17.15h** **4. Painel**
O pensamento das diferentes Tradições Religiosas
sobre o suicídio assistido e a eutanásia
Grupo de Trabalho Religiões | Saúde
- 18h** **5. Leitura e assinatura da Declaração**
Leitura da Declaração – Fernando Sampaio, Coordenador
do GTIR



Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões da saúde

Alguns apontamentos da sua história

Pelo Decreto-lei 253/2009 de 23 de Setembro, o Estado Português reconheceu o direito dos doentes internados em estabelecimentos de saúde do SNS a serem assistidos espiritual e religiosamente por membros das suas Comunidades religiosas de pertença, universalizando este direito. No mesmo diploma legal, reconheceu também o valor terapêutico desta dimensão no contexto global da prestação de cuidados de saúde.

Na sequência da promulgação da nova legislação, em Dezembro de 2009, a Coordenação de capelães hospitalares católicos convidou para um encontro os vários Credos presentes em Portugal, tendo estado representados ao mais alto nível a Aliança Evangélica Portuguesa, a Comunidade Hindu de Portugal, a Comunidade Islâmica de Lisboa, a Comunidade Israelita de Lisboa, o Conselho Português das Igrejas Cristãs, os Patriarcados Ortodoxos Grego e Búlgaro e a União Budista Portuguesa. Esteve presente a Ministra da Saúde Dra. Ana Jorge, encorajando o processo que este encontro iniciava, que reputou de importante para um SNS mais inclusivo, tolerante e respeitador da pessoa humana Doente na sua intensidade.

Ficou aí constituído o Grupo de Trabalho Inter-religioso para acompanhamento da aplicação do Decreto-lei referido. Após este primeiro passo, novos Credos foram integrados, nomeadamente a Comunidade Bahá'í de Portugal, a Igreja Adventista. Este Grupo de Trabalho é reconhecido, por todos os Credos que o integram, como uma experiência pioneira de encontro e diálogo inter-religioso.

Em Outubro de 2011, realizou um Simpósio sobre o tema: *Pessoa/Doente, Sociedade/SNS, Laicidade e Religiões*, que contou com o apoio da Comissão da Liberdade Religiosa e com o Alto Patrocínio do Presidente da República, que depois recebeu o Grupo em Belém.

O Grupo trabalhou várias vezes com a Associação Portuguesa de Cuidados Paliativos, em iniciativas de formação sobre o acompanhamento espiritual e religioso no contexto da prestação destes cuidados aos doentes em situação terminal.

Nesta data apresentou o Manual da Assistência Espiritual e Religiosa Hospitalar, que sintetiza os elementos essenciais a ter em conta na prestação de cuidados de saúde das religiões que integram o Grupo e ainda das Testemunhas de Jeová e dos Mórmones.

Algumas convicções conduzem o GTIR.

Só se respeita o que se conhece e, por isso, respeitar o direito dos Doentes a serem assistidos nesta dimensão pressupõe conhecer a sua identidade espiritual e religiosa.

A laicidade do Estado não nega o fenómeno religioso, mas oferece espaço à emergência das diferentes Tradições religiosas presentes na sociedade portuguesa.

O encontro e a interação ecuménica e inter-religiosa, que no hospital acontece, constitui a experiência pioneira, capaz de oferecer uma pedagogia de interculturalidade à sociedade, cada vez mais chamada à integração de diferentes culturas, que no fenómeno religioso têm um vector fundante e culminante.

O mundo das Capelarias hospitalares, porque oferece a experiência de diálogo entre culturas e religiões a lidar com os nós existenciais, os momentos críticas da condição humana, como sejam a doença, o sofrimento e a morte, constitui o GTIR como um foro de reflexão privilegiado sobre estas questões.

Síntese: o Grupo de Trabalho Inter-religioso para as questões de saúde reúne representantes de mais de uma dezena de entidades religiosas; foi constituído em 2009, para acompanhar a aplicação das nova regulamentação dos Serviços de Assistência Espiritual e Religiosa nos hospitais.

O Grupo de Trabalho tem vindo a trabalhar uma declaração conjunta sobre a morte assistida, com o objetivo de contribuir, a partir da sua presença nos hospitais, onde morre a grande maioria dos portugueses, no debate em curso em torno da eutanásia e do suicídio assistido.



Declaração Final

A Aliança Evangélica Portuguesa, representativa da grande maioria dos Evangélicos em Portugal, considera pertinente dar o seu contributo para a reflexão pública, que está a decorrer na sociedade portuguesa, sobre a Eutanásia / Morte Assistida.

Ao contrário de outras opiniões, as quais respeitamos, é nossa convicção que todos os cidadãos têm o dever cívico de contribuir, com o intuito de que o tema em causa seja abordado com a maior amplitude possível. Além de considerarmos pertinente a tese veiculada por algumas individualidades de que a Assembleia da República não tem no momento legitimidade para legislar sobre esta matéria, na nossa opinião a discussão pública sobre esta temática é precipitada, insuficiente, confusa, pouco esclarecedora e, em alguns casos, tendenciosa.

A aceitação da eutanásia consagra uma mudança de paradigma relativamente ao valor ético da vida, que nos remete lamentavelmente para um retrocesso civilizacional. O percurso feito por alguns países que legalizaram a eutanásia e o suicídio medicamente assistido é uma prova evidente desta verdade. A descartabilidade, por via legal, de um bem maior que é a vida nunca poderá ser visto como um imperativo ético, e o suicídio medicamente assistido, como resposta ao sofrimento, jamais poderá ser considerado uma boa morte.

Consideramos que a vida humana deve ser respeitada, protegida, ajudada e potenciada a cada momento. cremos que a vida humana tem um valor e uma dignidade intrínsecos, independentes de qualquer critério humano, e que provém de Deus como criador e sustentador da mesma.

Toda a pessoa tem direito ao cuidado integral até ao momento da sua morte para que esta aconteça com dignidade. Somos contra o encarniçamento terapêutico, produzido frequentemente por pressões sociais, sentimentos de culpa dos familiares e atuação médica motivada pela autoproteção legal e pela rotina.

Aceitamos a utilização de medicamentos indispensáveis para mitigar a dor em doentes terminais, ainda que o seu uso possa indiretamente, sem ser este o propósito, provocar ou acelerar a morte do doente. Não obstante, somos

claramente contrários à eutanásia ao ao suicídio assistido nas suas diferentes formas.

É nossa firme convicção de que a prática da eutanásia ou do suicídio assistido, para além dos aspetos éticos envolvidos, cria um clima de insegurança angustiante à volta do doente (especialmente idoso), que se pode ver desamparado perante situações de doença nas quais precisa do máximo de apoio e confiança familiar e social.

Quando o amor e a compaixão se extinguem, desaparecem também a sensibilidade da contingência do que é ser humano. Como cristãos consideramos que o caminho alternativo a seguir é o da promoção de uma componente assistencial psicológica e espiritual nas pessoas que estão em situação de sofrimento e de fim de vida; é o de ajudar na compreensão que o sofrimento, sendo inevitável, não é absurdo e nem estéril, mas que tem um valor pedagógico e insubstituível do ponto de vista existencial; é o de promover a criação de Unidades de Cuidados Paliativos que são, inquestionavelmente, um paradigma do “bem morrer”.

Pela Aliança Evangelica Portuguesa,

Pr. Jorge Humberto



Comunidade Hindu de Portugal

www.comunidadehindu.org

Fundada em 14 / 01 / 1982
NIPC: 501 434 909

Entidade de Utilidade Pública e Instituição Particular de Solidariedade Social
DR - III Série de 30.05.1988

Alameda Mahatma Gandhi,
1600 - 500 LISBOA PORTUGAL

Telef. 217576524 • 217524981 • Cantina:217524982 • Fax:217524459
E-mail:secretaria@comunidadehindu.org

Hinduismo e Eutanásia

Tendo em conta dois dos quatro Pilares que sustentam o Hinduismo: Lei do **Atma**(Alma) e a Lei do **Karma** e **Reencarnação**, o Homem é composto de Matéria(corpo) e Espírito (Atma) sendo o primeiro Mortal e o segundo Imortal.

O Atma (alma) percorre um ciclo de Vida e Morte, durante **8.400.000 Anos**, de acordo com as ações - **Karma**- praticadas na terra.

Ao fim do devido tempo, encarna como **Ser Humano**, e é só durante essa passagem da vida que poderá atingir **Moksh**(Nirvana)-estado de não desejo, fase mais pura e integra do Atma, dando assim fim ao ciclo de morte-renascimento.

Nascer e Morrer Homem é, para um Hindu, uma bênção Divina. Toda a sua trajetória terrena é comandada por **DEUS**. Felicidade/desgraça (pobreza,doença...etc..)é da **pura e exclusiva vontade de DEUS**, para o preparar a atingir o **Moksh**, e é por isso que, em circunstância **Alguma**, poderá querer pôr **Fim à Vida**, pois só irá contribuir para o retrocesso à Liberdade do Atma.

Assim como cuidando do Corpo (matéria) durante a nossa permanência física, deveremos também crescer Espiritualmente (Atma).

Estes princípios são emanados dos Livros Sagrados, salientando : Garud Puran; Mahabarat; Bagvate Guita;Shikshapatri ,entre vários outros.

Perante o que está defenido, **o Hinduismo**, não aceita o **Suicidio-Eutanásia (Atmahatya)** em qualquer fase da Vida.

LISBOA, 16 de maio de 2018.

Kiritkumar Bachu
(Presidente da Direção)



الجمعية الإسلامية في البرتغال Comunidade Islâmica de Lisboa

Por: Sheik David Munir | الشيخ داود منير

Assalam Aleikum wRwB

(Que a Paz e a Benção de Deus estejam convosco)

السَّلَامُ عَلَيْكُمْ وَرَحْمَةُ اللَّهِ وَبَرَكَاتُهُ

Eutanásia

Tendo presente a discussão no seio da sociedade portuguesa em torno de um tema central que é religioso e não só, é imperativa a definição de conceitos como a vida, que cremos ser dada por Deus e a morte, que deve ser consequência de causa natural, pois Deus diz-nos no Alcorão:

كُلُّ نَفْسٍ ذَائِقَةُ الْمَوْتِ "Toda a alma terá de provar o sabor da morte". (Alcorão Sagrado, Surata Al-Imran 3:185)

É por isso pois, que no Islão, até os profetas provaram o sabor da morte natural.

Acresce que todo o ciclo da vida humana é descrita no Alcorão como sendo sagrada e inviolável e cada uma das fases complementa-se uma à outra, criando um equilíbrio. A terceira idade ou na linguagem comum, a velhice, tem um grau de alto mérito na sociedade e os cabelos brancos são um sinal de maturidade, sapiência e de idoneidade e a umma é incentivada a respeitá-la e a demonstrar o melhor tratamento aos mais crescidos, não os considerando descartáveis.

O Profeta Muhammad ﷺ (que a Paz esteja com ele) disse: "Não pertence ao nosso grupo aquele que não tem pena das nossas crianças e não dignifica os nossos idosos." (Tirmidhi)

O Islão condena no geral, a solidão na perspectiva desta se associar à depressão, dado que é uma causa de má saúde mental e psicológica. É possível no entanto, encarar a solidão de forma optimista, no sentido de aumentar a espiritualidade e proximidade divina, algo considerado primordial na corrente Sufi.

Por outro lado, a doença e o sofrimento é parte do nosso processo evolutivo e deve ser encarado como uma oportunidade de recordação ao Criador, sendo que ocorre com esta e em paralelo, para o crente, uma renovação espiritual.

Esta linha de pensamento decorre da centralidade da FÉ, que deve pautar a actuação do crente, que procura Deus sempre, seja nos momentos de alegria e Graça divina, seja nos momentos de dor, em que não a rejeita, vendo-o como algo vindo de Deus e essencial à compreensão do todo, tendo como objectivo a Senda Recta.

A renúncia é pois, um caminho para a libertação.

Que Deus nos ilumine e nos mostre o caminho certo, o caminho dos que Ele favoreceu e não o caminho daqueles que incorrem na sua ira. Ameen.

Lisboa, 16 de Maio de 2018 | 29 Shaban 1439

Viver até ao fim e morrer acompanhado.

Declaração da Igreja Católica sobre a eutanásia

1 – Como crentes, consideramos a vida um dom do amor de Deus. Temos a responsabilidade de a conservar e de a fazer frutificar. Temos uma missão a cumprir. A vida, por isso, é preciosa e inviolável. O mandamento “não matarás”, que funda a nossa cultura e é fonte de confiança no outro e na convivência social, reforça o valor da vida humana, a sua dignidade e sacralidade. Os conceitos neotestamentários de que o crente é “filho de Deus”, em sentido adoptivo, e “templo do Espírito Santo” dão-lhe ainda mais densidade. Por isso, se o homem frágil e vulnerável cai ferido e quase morto na berma do caminho, espera ansiosamente que um bom samaritano passe e, com coração misericordioso, o cuide com compaixão (cf. Lc10,25-37).

2 – Para além de razões de natureza religiosa, outros argumentos fundados na razão dão conta do valor da vida.

- a) A vida humana, por ser humana, tem um valor intrínseco e uma dignidade única em todas as suas fases e independentemente das suas condições, desde o nascimento até à morte natural. Cada ser humano é único e irrepetível, insubstituível e necessário à sociedade de que faz parte. O seu valor não depende da utilidade, beleza ou papel social que desempenha, mas da sua dignidade intrínseca, única e anterior a todo e qualquer outro critério seja ele a autonomia, a liberdade ou a qualidade de vida.
- b) A vida humana é o fundamento de todos os bens terrenos, a fonte e a condição necessária de toda a actividade humana e de toda a convivência social, o primeiro de todos os direitos. A morte não é pressuposto nem fundamento de nada, é o fim e anulação de qualquer direito ou actividade, o aniquilamento do “ser”. Resulta daí que a vida humana não está disponível a um uso arbitrário do próprio ou de outrem, nem a sua inviolabilidade cessa com o consentimento do seu titular, tal como não tem qualquer justificação a escravatura, o trabalho desumano, atentar contra a saúde ou contra integridade física pelo facto de ter sido consentido pelo próprio. O homicídio não deixa de ser homicídio por ter sido consentido pela vítima.
- c) Cada pessoa humana, em virtude da sua dignidade, reclama respeito em todas as circunstâncias, e protecção e cuidados adequados nas situações de vulnerabilidade e fragilidade. Neste sentido, em caso de doença grave, é direito e dever da pessoa procurar tratamento adequado para conservar a saúde e a vida. Quando não é mais possível curar, o investimento terapêutico na cura torna-se desproporcionado em relação aos resultados esperados. A decisão de renunciar a terapêutica desproporcionada em relação à situação real do doente não corresponde a suicídio ou eutanásia, mas expressa a aceitação da condição humana perante a morte. Os cuidados paliativos são, neste caso, o caminho que melhor responde à situação do doente e promove o seu

bem. A obstinação terapêutica ou distanásia apenas prolongaria desnecessariamente o sofrimento, tornando ainda mais gravosa e sofrida a situação para o doente e para a família.

- d) Sabemos que o sofrimento severo, particularmente o sofrimento que acompanha a situação terminal, desperta nos doentes sentimentos e vivências de tristeza, solidão, ser peso para os outros, angústia, interrogações sobre o sentido da vida. Nesses estados de inquietação e sofrimento espiritual, muitos doentes encontram sentido no mistério da morte e ressurreição de Jesus. Outros, porém, sentem-no fútil e absurdo e manifestam o desejo de morrer ou até o pedido para morrer. Em tais pedidos está subjacente o valor da vida e o desejo de viver de outro modo. São sobretudo um pedido angustiado de ajuda face ao sofrimento intolerável e a manifestação da necessidade de proximidade afectiva face à solidão no morrer. Uns e outros pedem terapêuticas adequadas que aliviem ou suprimam a dor; cuidados imbuídos de compreensão empática e calor humano; acompanhamento espiritual; e a presença humana, compreensiva e compassiva de familiares, amigos e outros membros da comunidade.

3 – Pelas razões apontadas, assinamos a presente Declaração. A eutanásia não elimina o sofrimento, elimina a vida da pessoa que sofre e, nesse sentido, apenas deixa de haver sofrimento porque já não existe a pessoa. Morrer desta forma, na verdade, não é a forma humana de morrer. Afirmamos o dever de aliviar o sofrimento dos doentes e acompanhar humana e espiritualmente o seu morrer, permitindo-lhes viver a sua própria morte como último legado. Consideramos ser este um grande desafio antropológico, ético e espiritual.

Bibliografia

Congregação para a doutrina da fé, *Declaração sobre a eutanásia*, 1980.

João Paulo II, *Evangelium vitae*, Carta encíclica sobre o valor e a inviolabilidade da vida humana, S. Paulo, Paulinas, 1995.

Nota Pastoral da Conferência Episcopal Portuguesa, «*Cuidar da vida até à morte*». *Contributo para a reflexão ética sobre o morrer*, publicada a 12 de Novembro de 2009, in *Documentos Pastorais*, Vol. VII, Lisboa 2002, 123-131.

Nota Pastoral do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa, «*Eutanásia: o que está em causa? Contributos para um diálogo sereno e humanizador*», publicada a 8 de Março de 2016.

PATRIARCADO ECUMÉNICO DE CONSTANTINOPLA
SACRA METRÓPOLE ORTODOXA DE ESPANHA E PORTUGAL

Declaração sobre a Eutanásia
(Texto do Revm^o. Arcipreste Ivan Moody
e S.E. o Metropolita de Espanha e Portugal Polykarpos)

Para a Igreja Ortodoxa, a eutanásia está excluída pelo sexto mandamento de Deus “não matarás”, o qual implica a proibição de matar ou de cair morto por outros. Cristo, o Senhor e Salvador, é o senhor da vida e da morte, e não o homem. A Igreja Ortodoxa ensina que a eutanásia é o terminar deliberado da vida humana e, como tal, deveria ser condenado como homicídio. Não obstante, o acelerado progresso da tecnologia médica contemporânea e os vários meios de sustentar a vida artificialmente exigem que os teólogos expliquem com mais precisão a posição da Igreja em relação à eutanásia e o pretendido direito de uma pessoa terminar a sua própria vida.

A palavra grega “eutanásia” quer dizer “uma boa morte”. A eutanásia activa é o matar pessoas com doenças terminais sem dor. A única eutanásia, no sentido original e verdadeiro da palavra, reconhecida na ética ortodoxa é a morte do ser humano na pureza moral e espiritual, na esperança e na confiança em Cristo Ressuscitado, o Vencedor da morte. Por isso, para a Igreja Ortodoxa, a morte não existe, mas existe antes a dormição. Todos os dias, na celebração da Divina Liturgia, pedimos a Deus “um final cristão da nossa vida, sem dores nem vergonhas, pacífico e uma boa defesa diante do temível tribunal de Cristo”. O único fim do verdadeiro cristão é ser “cidadão do céu”.

Os Santos Padres da Igreja ensinam que a morte não é natural para o homem, pois o homem foi criado não para a morte, mas para a vida, a vida eterna. Segundo o ensinamento patrístico, a morte é um benefício para o homem “para que o mal não seja eterno”. A morte espiritual é mais importante do que a corporal. A primeira é o inferno, a segunda a libertação. A morte, juntamente com o sofrimento e a doença, acontecem não segundo a vontade de Deus mas como consequência da queda do homem. O Livro da Sapiência diz: “Pois Deus não criou a morte, nem tem prazer na destruição dos vivos. Porque criou todas as coisas, para que tenham a sua existência.” (Sap. 1,13-14). No Livro do Profeta Ezequiel lemos: “Tenho eu algum prazer na morte do ímpio? diz o Senhor Deus. Não desejo antes que se converta dos seus caminhos, e viva?” (Ezq 18,32).

Segundo os ensinamentos dos nossos Santos Padres, o significado do pecado de Adão é que o homem, criado à imagem e semelhança de Deus e imbuído de vida pelo Seu Espírito, quando apareceu na Terra, escolheu a

morte em vez da vida. Como diz o Apóstolo Paulo, “Portanto, como o pecado entrou no mundo por um homem, e pelo pecado a morte, assim a morte passou a todos os homens, porquanto todos pecaram” (Rom. 5,12). Tendo pecado, o homem trouxe a morte também à sua descendência.

A vida espiritual para o cristão consiste em morrer com Cristo para o pecado e para o mundo, e em passar com Ele pela experiência da morte corporal para ser ressuscitado no Reino de Deus. O cristão deve transfigurar a sua própria morte numa afirmação de vida, encontrando-se com a tragédia da morte com fé no Senhor da Vida e conquistando, como diz o Apóstolo Paulo, “o último inimigo, a morte” (1 Cor 15,26) pelo poder da sua fé em Cristo Ressuscitado. Portanto, ao cristão não é permitido participar no deliberado terminar da sua vida nem da vida dos outros. A Igreja quer que todo o homem que chegue ao momento da morte esteja preparado para a morte, por meio da confissão e da comunhão, tendo em conta a prática cristã antiga da “lembrança da morte”, firmemente baseada no reconhecimento da Ressurreição de Cristo que aniquilou a morte.

“Eu sou a ressurreição e a vida; aquele que crê em mim não morrerá eternamente” (Jo. 11,25-26).

PATRIARCADO ECUMÉNICO DE CONSTANTINOPLA
SACRA METRÓPOLE ORTODOXA DE ESPANHA E PORTUGAL

Declaração sobre a Eutanásia

(Texto de S. E. O Metropolita de Lepanto e São Brás Ierotheos Vlachos)

Na língua grega, a palavra “eutanásia” significa “boa morte”, o que tem várias interpretações. “Boa morte” pode interpretar-se como a libertação das dores e dos problemas da vida biológica, o que constitui suicídio; pode também interpretar-se como uma morte pacífica e cristã, como um caminho para o encontro com Deus, à semelhança do exemplo de vida dos mártires da fé. Neste segundo sentido pode ser concebida e aprovada pela Igreja Ortodoxa uma “eutanásia”, ou seja, uma “boa morte”.

A eutanásia no sentido moderno da palavra divide-se em eutanásia activa, quando a morte é provocada por várias substâncias introduzidas no organismo humano, e eutanásia passiva, quando por parte do pessoal médico e sanitário é abandonado tanto o esforço pela terapia do doente como o procedimento para a sua recuperação.

A Igreja Ortodoxa é contra estes dois casos; contra o primeiro – a eutanásia activa – porque o considera suicídio activo, e contra o segundo – a eutanásia passiva – porque o considera negação da vida e ódio para com a mesma.

A Igreja Ortodoxa propõe alguns princípios básicos acerca da questão da eutanásia:

1. A vida é um dom de Deus e Ele tem total competência sobre ela. Ele concede-a e Ele tira-a. O homem pode fazer bom ou mau uso do dom da vida.
2. A vida biológica não é o fim da vida mas o início de outra vida, e por conseguinte a morte não é a entrada do homem no “nada absoluto” mas o trânsito para outra forma de vida que é eterna.
3. A dor, apesar das experiências corporais, é benéfica para o homem; sobretudo a dor do moribundo serve para manifestar o amor dos parentes, preparar para a outra forma de vida, estreitar as relações entre os familiares e proporcionar tempo para a solução de vários problemas.
4. A eutanásia dos “inúteis” é muito perigosa: pode conduzir a uma “religião arrogante” – a “religião dos jovens sãos” – e introduzir na sociedade um moderno “nazismo biológico”.
5. A interrupção de qualquer forma de vida constitui um acto criminoso contra o mistério/sacramento da vida, sendo para os médicos uma violação do Juramento de Hipócrates de “ser útil, não danificar”, já que os médicos devem ajudar o homem a viver e não a morrer.

6. O médico atende o paciente até ao fim da sua vida e cuida dele para que tenha uma morte digna.
7. O dilema de prolongar a vida ou impedir a morte, o qual é consequência do uso da tecnologia em situações críticas e existenciais da vida humana, é enfrentado com eficácia por pessoas (médicos, comissões de bioéticas e parentes do doente) com um elevado sentido de responsabilidade, amor e sentido da vida e da morte.
8. A administração consciente de sedativos e calmantes, que podem eventualmente acelerar a morte mas que procuram o alívio do doente, não pesam na consciência.



**União Budista
Portuguesa**

A MORTE ASSISTIDA E COMPAIXÃO: UMA PERSPECTIVA BUDISTA

Segundo o ensinamento do Buda, a vida humana é o bem mais precioso que possuímos. É esse o motivo de ser, nesta tradição, tão importante a contemplação sobre a morte e o morrer. A preservação da vida humana é assim o acto mais meritório que pode ser feito, sendo que o acto deliberado de encurtar a sua duração, em geral, se traduz em mais sofrimento para todos os envolvidos, desde os familiares e próximos e também aos que nela assistem, mesmo que indirectamente.

Segundo a tradição budista, é de maior relevância abordar a eutanásia ou morte assistida com uma consciencialização clara do que é morrer, do seu processo e das suas consequências, respeitando as crenças e valores individuais. Importante também é distinguir diferenças, como entre uma escolha de abdicar de um prolongamento artificial da duração natural de vida do seu encurtamento deliberado, bem como a questão de cada situação ser considerada caso a caso. A salvaguarda do direito inalienável da pessoa poder preservar a sua própria vida e de ter as condições para ter um fim de vida digno e humano, respeitadoras da sua própria espiritualidade, é fundamental.

O Buda salientou a importância da bondade e do desejo de aliviar o sofrimento dos seres, baseado no conhecimento das suas causas e razões, numa perspectiva abrangente. Um alívio temporário da condição presente, pode ser causa de sofrimento no futuro, sendo por isso, no nosso entender, indispensável que todos os vários aspectos sejam seriamente ponderados em cada situação desta natureza.

União Budista Portuguesa

Lisboa, 15 de Maio de 2018



RAZÕES QUE LEVAM A IGREJA ADVENTISTA A ASSINAR A DECLARAÇÃO “CUIDAR ATÉ AO FIM COM COMPAIXÃO”

A Igreja Adventista do Sétimo Dia, cossignatária desta declaração, na sua reflexão sobre a questão da vida, e em particular sobre a discussão da morte assistida e da eutanásia, fundamenta os seus princípios éticos e morais como igreja cristã, na sua compreensão e interpretação sobre o que a Bíblia afirma acerca da vida, do sofrimento, da morte, da dignidade humana, bem como sobre as questões éticas que se levantam em resultado do avanço científico e dos procedimentos terapêuticos utilizados para prolongar a existência.

Na sua concepção holística do ser humano e na procura de manter a dignidade do mesmo, a Igreja Adventista do Sétimo Dia, na sua ação de minimizar e aliviar as circunstâncias ligadas ao sofrimento, tem uma importante rede mundial de instituições de saúde, com 175 hospitais, 385 clínicas e 140 lares de idosos.

A partir da sua reflexão e experiência, a Igreja Adventista defende:

- Que a vida humana é um dom maravilhoso concedido por Deus e merecedor de ser protegido e sustentado.

- Que o ser humano é, devido à sua origem, único, insubstituível e dotado de dignidade intrínseca, independentemente da sua condição social, étnica, de género ou da situação em que se encontre, incluindo situação de sofrimento e de proximidade de morte.

- Que o avanço científico e da medicina moderna, têm proporcionado, através da utilização de meios tecnológicos, farmacológicos e terapêuticos, a minimização do sofrimento e o prolongamento da qualidade de vida. A utilização destes meios constitui uma forma de combater o sofrimento e de exercer a misericórdia para com quem sofre, desde que efetuados dentro do quadro em que a dignidade humana esteja assegurada e em que, ao ser constatada a impossibilidade de cura ou restabelecimento da pessoa, tais meios se traduzam em cuidados paliativos que permitam chegar ao término da existência com dignidade. Pelo contrário, a Igreja Adventista rejeita liminarmente a denominada eutanásia ativa, que consiste em tirar a vida dum paciente (a seu pedido, a pedido dos familiares ou por decisão do médico), através da aplicação de fármacos ou substâncias químicas com o objetivo de evitar uma morte dolorosa ou situações de sofrimento que sejam pesadas para o doente, para a família ou para a sociedade. Também desaconselhamos o uso de meios farmacológicos e terapêuticos em situações que configurem o denominado encarniçamento terapêutico, que apenas aumentam o sofrimento do doente ou prolongam desnecessariamente o processo do morrer, sem qualquer esperança de recuperação da pessoa.

- Que a compaixão para com aquele que sofre, é ainda visível no apoio solidário da parte de familiares, de amigos, de assistência profissional adequada, em dinâmicas



direccionadas para aliviar o sofrimento. Tentar paliar a dor alheia é uma das ações mais nobres e profundas que o ser humano pode empreender. Neste processo, todas as estruturas da sociedade deveriam estar implicadas, de forma a que cada um encontre o apoio necessário que o ajude a ultrapassar e a ser resiliente diante da adversidade. Daí a importância de que os cuidados paliativos se revestem nas situações de fim de vida.

- Que a fé, a dimensão espiritual da pessoa, proporciona uma força misteriosa capaz de ajudar a transcender, a encontrar um sentido para a vida e uma esperança que sustente a existência em todos os seus estágios.

- Que apenas no comprometimento com a dignidade da vida e do ser humano, no acompanhamento solidário daqueles que sofrem, descobrimos melhor o sentido da vida, tornamo-nos mais empáticos e próximos, mais autênticos, mais portadores de esperança.

SERVIÇO DE CAPELANIAS

Igreja Adventista do Sétimo Dia[®]

UNIÃO PORTUGUESA
DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA



SERVIÇO DE CAPELANIAS

RUA ACÁCIO PAIVA, 35
1700-004 LISBOA

TLF 213 510 910

E-MAIL CAPELANIAS@ADVENTISTAS.ORG.PT

WWW.ADVENTISTAS.ORG.PT



DECLARAÇÃO SOBRE A ASSISTÊNCIA AOS MORIBUNDOS

Para as pessoas cuja vida é orientada pela Bíblia, a realidade da morte é reconhecida como fazendo parte da atual condição humana, afetada pelo pecado (Génesis 2:17; Romanos 5; Hebreus 9:27). "Há tempo de nascer, e tempo de morrer" (Eclesiastes 3:2). Embora a vida eterna seja um dom concedido a todos aqueles que aceitam a salvação por intermédio de Jesus Cristo, os cristãos fiéis esperam a segunda vinda de Jesus para completar a realização da sua imortalidade (João 3:36; Romanos 6:23; I Coríntios 15:51-54).

Enquanto esperam que Jesus volte, os cristãos podem ser chamados a cuidar dos que estão a morrer e a encarar pessoalmente a sua própria morte. A dor e o sofrimento afligem cada vida humana. Os traumas físicos, mentais e emocionais têm carácter universal. No entanto, o sofrimento humano não tem qualquer valor expiatório ou meritório. A Bíblia ensina que nenhuma quantidade ou intensidade do sofrimento humano pode expiar o pecado. Só o sofrimento de Jesus Cristo é suficiente. A Escritura exorta os cristãos a não desesperarem nas aflições, incitando-os a aprender a obediência (Heb. 5:7, 8), a paciência (Tiago 1:2-4) e a resistência nas tribulações (Romanos 5:3). A Bíblia também testifica do poder vencedor de Jesus Cristo (João 16:33) e ensina que o ministério da assistência no sofrimento humano é um importante dever cristão (Mateus 25:34-40). Foi este o exemplo e os ensinamentos de Jesus (Mateus 9:35; Lucas 10:34-36), e é esta a Sua vontade a nosso respeito (Lucas 10:37). Os cristãos anteveem um novo dia em que Deus porá definitivamente fim ao sofrimento (Apocalipse 21:4).

Os avanços conseguidos na medicina moderna vieram acrescentar a complexidade das decisões acerca do cuidado a ministrar aos moribundos. Em tempos passados, pouco se poderia fazer para prolongar a vida humana, mas o atual poder da medicina para protelar a morte levanta questões morais e éticas muito difíceis. Que constrangimentos coloca a fé cristã sobre o uso desse poder? Quando deverá o objetivo de protelar o momento da morte ceder o lugar ao objetivo de aliviar o sofrimento no fim da vida? Quem poderá apropriadamente tomar estas decisões? Que limites deverá ou não o amor cristão impor a ações destinadas a pôr fim ao sofrimento humano?

Tornou-se habitual discutir este tipo de questões sob o título de eutanásia. Existe muita confusão acerca desta expressão. O sentido original e literal deste termo era "boa morte." Agora o termo é usado em dois sentidos bem diferentes. A expressão "eutanásia" refere-se muitas vezes a uma espécie de "golpe de misericórdia," ou tirar intencionalmente a vida a um doente para evitar uma morte dolorosa ou para aliviar o fardo que pesa sobre a família do doente ou sobre a própria sociedade. (Esta é a chamada eutanásia ativa.) Entretanto, o termo "eutanásia" também se usa, impropriamente na perspetiva adventista do sétimo dia, para referir a suspensão ou a retirada de intervenções médicas que prolonguem artificialmente a vida humana, permitindo assim que a pessoa morra naturalmente. (Esta é a chamada eutanásia passiva.)

UNIÃO PORTUGUESA DOS ADVENTISTAS DO SÉTIMO DIA

RUA ACÁCIO PAIVA, 35, 1700-004 LISBOA | TLF 213 510 910 | NIF 592 001 350

E-MAIL CAPELANIAS@ADVENTISTAS.ORG.PT | WWW.ADVENTISTAS.ORG.PT



Os Adventistas do Sétimo Dia creem que permitir que um doente morra por ausência das supracitadas intervenções médicas, que apenas prolongam o sofrimento e adiam o momento da morte, é moralmente diferente de ações que tenham como principal intenção retirar diretamente a vida. Os Adventistas do Sétimo Dia procuram abordar os aspetos éticos do fim da vida, de uma maneira que demonstre a sua fé em Deus como Criador e Redentor da vida e que revele o modo como a graça de Deus os tornou capazes de praticar atos de amor ao próximo. Os Adventistas do Sétimo Dia afirmam a criação da vida humana por Deus, um dom maravilhoso merecedor de ser protegido e sustentado (Génesis 1-2). Também afirmam o maravilhoso dom divino da redenção, que provê a vida eterna àqueles que creem (João 3:15; 17:3). Apoiam assim a utilização da medicina moderna para prolongar a vida humana neste mundo. No entanto, este poder deve ser usado de um modo compassivo, que revele a graça de Deus, através da minimização do sofrimento. Dado que têm a promessa divina de vida eterna na Terra renovada, os cristãos não precisam de se apegar ansiosamente aos últimos vestígios de vida nesta terra. Tão pouco é necessário aceitar ou oferecer todos os possíveis tratamentos médicos que meramente prolonguem o processo de morrer. Dado o cuidado que dedicam à pessoa na sua integralidade, os Adventistas do Sétimo Dia interessam-se pela assistência física, emocional e espiritual daqueles que enfrentam a morte. Com esta finalidade, propõem os seguintes princípios baseados na Bíblia:

1. Uma pessoa que se aproxima do fim da vida, e que tenha capacidade de compreender, merece saber a verdade acerca da sua condição, das escolhas do tratamento e possíveis resultados. A verdade nunca deve ser escamoteada, mas sim apresentada com amor cristão e com sensibilidade, tendo em conta as condições pessoais e culturais do doente (Efésios 4:15).
2. Deus deu a liberdade de escolha aos seres humanos, e pede-lhes que assumam a respetiva responsabilidade. Os Adventistas do Sétimo Dia creem que esta liberdade se estende às decisões sobre os cuidados médicos. Após haver procurado a orientação divina e considerado os interesses daqueles que serão afetados pela decisão (Romanos 14:7) assim como os conselhos médicos, uma pessoa que seja capaz de tomar decisões deverá determinar se aceita ou rejeita intervenções médicas destinadas ao prolongamento da vida. Tais pessoas não devem ser forçadas a submeter-se a um tratamento médico que elas mesmas considerem inaceitável.
3. O plano de Deus é que as pessoas sejam objeto de cuidado no seio duma família e duma comunidade de fé. As decisões sobre a vida humana são mais apropriadamente tomadas num contexto de sãs relações familiares, após consideração dos conselhos médicos (Génesis 2:18; Marcos 10:6-9; Êxodo 20:12; Efésios 5-6). Quando uma pessoa a morrer seja incapaz de dar o seu consentimento ou exprimir preferências acerca da intervenção médica, tais decisões deverão ser tomadas por alguém já escolhido pela dita pessoa. Se ninguém tiver sido escolhido, a determinação deverá ser tomada por alguém próximo do moribundo. Salvo circunstâncias extraordinárias, os profissionais médicos ou legais deverão submeter-se às decisões sobre intervenções médicas numa pessoa moribunda, tomadas por aqueles



que são mais próximos da dita pessoa. Desejos ou decisões da própria pessoa serão mais bem expressos por escrito e deverão estar de acordo com as disposições legais existentes.

4. O amor cristão é prático e responsável (Romanos 13:8-10; I Coríntios 13; Tiago 1:27; 2:14-17). Tal amor não nega a fé nem nos obriga a oferecer ou aceitar intervenções médicas cujos inconvenientes suplantem os prováveis benefícios. Por exemplo, quando os cuidados médicos meramente preservem as funções corporais sem esperança de o doente poder recuperar o estado consciente, são fúteis e podem, em boa consciência, ser suspensos ou retirados. De modo semelhante, os tratamentos médicos para o prolongamento da vida poderão ser omitidos ou interrompidos, quando apenas aumentem o sofrimento do doente, ou prolonguem desnecessariamente o processo de morrer. Qualquer ação empreendida deverá estar em harmonia com os requisitos legais.
5. Embora o amor cristão possa levar à suspensão ou à supressão de intervenções médicas que apenas aumentem o sofrimento ou prolonguem o processo da morte, os Adventistas do Sétimo Dia não praticam o "golpe de misericórdia" nem ajudam ao suicídio (Génesis 9:5, 6; Êxodo 20:13; 23:7). Eles opõem-se à eutanásia ativa, o ato de tirar intencionalmente a vida a uma pessoa que está a morrer.
6. A compaixão cristã reclama o alívio do sofrimento (Mateus 25:34-40; Lucas 10:29-37). No cuidado dos moribundos, é uma responsabilidade cristã aliviar a dor e o sofrimento, na maior medida possível, sem incluir a eutanásia ativa. Quando seja claro que a intervenção médica não curará o doente, o principal objetivo do cuidado a prestar deverá passar a ser o de aliviar o sofrimento.
7. O princípio bíblico da justiça determina que se dê uma atenção acrescida às necessidades daqueles que são indefesos e dependentes (Sal. 82:3, 4; Provérbios 24:11, 12; Isaías 1:1-18; Miqueias 6:8; Luc. 1:52-54). Devido à sua condição de vulnerabilidade, deve ter-se um cuidado especial para que as pessoas que estão a morrer sejam tratadas com respeito pela sua dignidade e sem injusta discriminação. O cuidado dispensado aos moribundos deve basear-se nas suas necessidades espirituais e médicas e nas suas escolhas expressas, mais do que em percepções da sua categoria social (Tiago 2:1-9). Enquanto procuram aplicar estes princípios, os Adventistas do Sétimo Dia encontram esperança e coragem no facto de que Deus responde às orações dos Seus filhos e pode agir miraculosamente para o bem-estar deles (Salmo 103:1-5; Tiago 5:13-16). Seguindo o exemplo de Jesus, também oram para aceitar a vontade de Deus em todas as coisas (Mat. 26:39). Têm a confiança de poder reclamar o poder de Deus para os ajudar no cuidado a ter com as necessidades físicas e espirituais das pessoas que sofrem e estão a morrer. Sabem que a graça de Deus é suficiente para os tornar capazes de resistir à adversidade (Salmo

50:14,15). Acreditam que a vida eterna para todos os que têm fé em Jesus está garantida pelo triunfo do amor de Deus.

Esta declaração foi aprovada e votada pelo Conselho Executivo da Conferência Geral dos Adventistas do Sétimo Dia na sessão do Concílio Anual em Silver Spring, a 19 de Outubro de 1992.





COPIC - Conselho Português de Igrejas Cristãs

Declaração do COPIC sobre a eutanásia

A especificidade do protestantismo histórico e do anglicanismo ao abordar as questões éticas, reside na referência constante à mensagem de Jesus Cristo, na defesa dos valores humanos que se enraízam no Evangelho e no apelo à responsabilidade do crente diante de Deus. De maneira geral, não nos precipitamos em traçar os limites daquilo que é socialmente lícito ou ilícito, preferindo afirmar as nossas convicções em diálogo e no respeito pela laicidade do Estado. Neste sentido estas igrejas não podem ter um pronunciamento oficial sobre a morte assistida ou eutanásia, entenda-se, indo num ou noutro sentido.

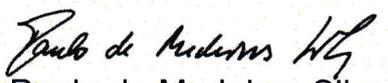
Cremos, pois, que a vida humana, mesmo a mais debilitada, possui um valor intrínseco e que a sua dignidade escapa a qualquer tipo de avaliação. Desafiá-mos também as interrogações dos nossos contemporâneos que, devido aos progressos da ciência médica e à emergência de uma forte consciência da liberdade individual, hesitam em considerar a obstinação terapêutica e o sofrimento insuportável de alguns doentes em fase terminal como admissíveis. Tal como afirmaram os protestantes reformados e luteranos franceses em 2013, a propósito do debate sobre o fim da vida humana, não ambicionamos, cito: *“prescrever regras nem enunciar uma doutrina definitiva sobre uma questão que toca o mais íntimo de cada vida humana. Recusamos admitir que, diante da doença, do sofrimento e da morte, exista um quadro rígido que defina o que é a dignidade, a liberdade individual ou a responsabilidade coletiva. Ousamos, porém, lembrar, humildemente, a nossa convicção de que o fundamento da fé cristã é o olhar que Deus dirige sobre cada vida conferindo-lhe dignidade, liberdade e responsabilidade. Acreditamos que a vocação das Igrejas se realiza no acompanhamento discreto e atencioso de todas as situações pessoais e únicas”*, fim de citação.

A nossa profunda convicção é a de que a Vida vem de Deus e que, neste sentido, ela tem um carácter sagrado, tendo o ser humano a responsabilidade de cuidar dela. Daí a reivindicação da responsabilidade e da liberdade necessárias à avaliação das situações, tendo sempre presente o Evangelho como princípio hermenêutico. Assim, o nosso pressuposto, é que a ética deve ser pensada na situação em que o homem é “um com o outro”, confrontado com o “absolutamente outro” (*Amarás o Senhor teu Deus... e ao próximo como a ti mesmo*, Mat. 22: 34-40; Deut. 6:5; Lev. 19:18).

Seria indesejável, que sobre uma questão tão existencial e geradora de tantas perplexidades, nos distanciássemos dos nossos contemporâneos assumindo uma posição categórica sobre a penalização ou despenalização da morte assistida. Em todas as circunstâncias, entendemos ser nosso dever, colocarmos-nos do lado de quem sofre moral e fisicamente, na certeza de que nenhuma teologia cristã pode advogar o sofrimento intolerável. A nossa posição nesta questão, não é tanto afirmar um acordo ou um desacordo de princípio, mas sim a de que os cristãos devem envolver-se num diálogo aberto para que seja possível encontrar caminhos que respeitem a diversidade de convicções sobre este assunto cujo consenso está longe de existir.

Finalmente, em conjunto com todas as tradições religiosas, declaramos o dever de nos empenharmos na consecução de uma sociedade mais misericordiosa e compassiva e mais capaz de agir na defesa dos mais frágeis e dos que sofrem. Declaramos igualmente o nosso compromisso com a dignidade do ser humano e com todas as formas de vida que são expressão do cuidado e do amor de Deus.

Lisboa, 16 de Maio de 2018
O Presidente da Direção do COPIC


Paulo de Medeiros Silva

(pastor)

Sede: Praça do Coronel Pacheco, 23 - 4050-453 Porto - Portugal **Tel.:** 222007410
Email: copic.conselhodeigrejas@gmail.com - **NIF:** 500878935